

OFFICIAL FEEDBACK FORM

DIALOGUE DATE	Tuesday, 1 June 2021 10:00 GMT -03:00
DIALOGUE TITLE	A política de alimentação escolar como instrumento de segurança alimentar e nutricional – desafios e alternativas de sua execução no contexto durante e pós pandemia, na perspectiva das cidades
CONVENED BY	Instituto Comida do Amanhã + Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) por meio de sua Representação no Brasil e Representação Regional de América Latina e Caribe.
DIALOGUE EVENT PAGE	https://summitdialogues.org/dialogue/11679/
DIALOGUE TYPE	Independent
GEOGRAPHICAL FOCUS	Brazil

The outcomes from a Food Systems Summit Dialogue will be of use in developing the pathway to sustainable food systems within the locality in which they take place. They will be a valuable contribution to the national pathways and also of interest to the different workstreams preparing for the Summit: the Action Tracks, Scientific Groups and Champions as well as for other Dialogues.

1. PARTICIPATION

TOTAL NUMBER OF PARTICIPANTS

PARTICIPATION BY AGE RANGE

0 0-18 5 19-30 19 31-50 4 51-65 1 66-80 1 80+

PARTICIPATION BY GENDER

5 Male 25 Female 0 Prefer not to say or Other

NUMBER OF PARTICIPANTS IN EACH SECTOR

3	Agriculture/crops	19	Education	6	Health care
1	Fish and aquaculture	2	Communication	21	Nutrition
1	Livestock	6	Food processing	7	National or local government
0	Agro-forestry	0	Food retail, markets	1	Utilities
1	Environment and ecology	2	Food industry	3	Industrial
1	Trade and commerce	2	Financial Services	2	Other

NUMBER OF PARTICIPANTS FROM EACH STAKEHOLDER GROUP

3	Small/medium enterprise/artisan	1	Workers and trade union
0	Large national business	1	Member of Parliament
0	Multi-national corporation	18	Local authority
12	Small-scale farmer	9	Government and national institution
0	Medium-scale farmer	1	Regional economic community
4	Large-scale farmer	0	United Nations
2	Local Non-Governmental Organization	0	International financial institution
0	International Non-Governmental Organization	0	Private Foundation / Partnership / Alliance
4	Indigenous People	2	Consumer group
3	Science and academia	0	Other

2. PRINCIPLES OF ENGAGEMENT

HOW DID YOU ORGANIZE THE DIALOGUE SO THAT THE PRINCIPLES WERE INCORPORATED, REINFORCED AND ENHANCED?

Todos os participantes receberam um material explicando a Cúpula, o papel dos Diálogos Independentes, o tema proposto para este Diálogo, a indicação das Actions Tracks, a conexão do tema com a Action Track #2 e os princípios de envolvimento.

HOW DID YOUR DIALOGUE REFLECT SPECIFIC ASPECTS OF THE PRINCIPLES?

A seleção dos participantes foi baseada na diversidade territorial, de forma a abranger representantes de cidades de diversas regiões do Brasil. Também foram convidados outros atores envolvidos com o processo da alimentação escolar nas cidades, para além dos gestores públicos, representativos da academia, da agricultura familiar, das merendeiras, dos diretores de escola, dos conselhos de alimentação escolar (sociedade civil). Todos tiveram espaço equivalente de fala e escuta respeitosa, além das regras do Chatham House asseguradas. Os tópicos de discussão foram propostos com uma abordagem transversal dos desafios do tema, reconhecendo sua complexidade e urgência.

DO YOU HAVE ADVICE FOR OTHER DIALOGUE CONVENORS ABOUT APPRECIATING THE PRINCIPLES OF ENGAGEMENT?

Preparar material de apoio dirigido a todos os participantes e prever falas de abertura do Diálogo, que contenham explicações sobre a Cúpula e a conexão do tema que será discutido com as propostas que serão endereçadas para a Cúpula.

3. METHOD

The outcomes of a Dialogue are influenced by the method that is used.

DID YOU USE THE SAME METHOD AS RECOMMENDED BY THE CONVENORS REFERENCE MANUAL?

Yes

No

Sobre a metodologia: Foi seguida a metodologia do Manual de Referências, com a participação de um grupo relativamente pequeno de convidados, a fim de garantir maior aproveitamento do tempo de debates nos grupos do Zoom, porém sem ter que estender demais o tempo do evento, considerando que a maioria das pessoas atualmente tem resistência a eventos com muito tempo de exposição de tela. Os participantes receberam previamente uma apresentação explicando a Cúpula, o papel dos Diálogos Independentes, o tema do Diálogo ao qual foram convidados, e sua conexão com a Action Track #2. Foram escolhidos facilitadores que fossem mais neutros aos debates, porém com conhecimento suficiente da temática para poder conduzir e apreender as diversas falas. Todos os/as facilitadores/as fizeram o treinamento com a 4SD indicado no Manual de Referência, e foram auxiliados por um tomador de nota por grupo, que manteve-se em silêncio. Considerando a necessidade de ouvir dos gestores públicos das cidades brasileiras sua visão sobre a alimentação escolar no plano municipal, foi definida uma lista de convidados para o diálogo que também agregasse outros representantes do ecossistema de atores chave na implementação de políticas e programas de alimentação escolar a nível local: Responsáveis Técnicos, Coordenadores de Alimentação Escolar na estrutura da gestão municipal, conselhos de alimentação escolar, representantes da academia dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar - CECANES, merendeiras e produtores. Foi feita uma pré-seleção de municípios em todas as regiões brasileiras e cada município selecionado foi convidado a enviar um/a representante da coordenação de alimentação escolar. Os representantes da sociedade civil foram convidados diretamente, mediante uma pesquisa prévia de conselhos e CECANES existentes e em atividade e boas práticas de organizações da sociedade civil no tema. O Diálogo teve a duração de aproximadamente 3 horas. Iniciou com breves falas introdutórias dos organizadores do evento - o Representante Brasil da FAO e a diretora do Instituto Comida do Amanhã e membro da rede de Champions da Cúpula de Sistemas Alimentares. Seguiram-se as falas de dois governos locais com experiências relevantes na alimentação escolar durante a pandemia. Os participantes foram distribuídos em 6 grupos distintos. Foram definidos 3 temas importantes para a discussão (2 grupos debatendo cada um dos temas), e uma vez encaminhados aos grupos de forma previamente selecionada pela organização do evento (mas não previamente comunicada a cada participante), todos tiveram semelhantes tempos de fala. Assim, os grupos 1 e 2 debateram o mesmo tema, os grupos 3 e 4 também tiveram um tema comum, e nos grupos 5 e 6 o tema era o mesmo, apenas com uma derivação de aplicação no território - o desafio ao nível nacional ou municipal. As co-curadoras transitaram pelos grupos, sem interferir nos debates - o que foi previamente comunicado a todos os participantes. O resumo posteriormente apresentado em plenária pelo/a respectivo/a facilitador/a do grupo foi feito com o consentimento dos debatedores e em atendimento às regras de Chatam House. Após a sessão de feedback, as co-curadoras fizeram uma fala conclusiva dos encaminhamentos e uma reflexão desses encaminhamentos com as propostas em análise pela Action Track #2. O chat do Zoom esteve disponível e aberto a todas e todos no tempo integral do Diálogo. Foi enviado posteriormente um questionário de avaliação do evento, o qual até agora teve respostas positivas e nenhum comentário crítico.

4. DIALOGUE FOCUS & OUTCOMES

MAJOR FOCUS

O foco do Diálogo foi explorar principalmente entre gestores públicos de cidades pequenas e médias brasileiras os desafios e possibilidades do programa nacional de alimentação escolar brasileiro, sob a ótica das cidades, levando em consideração a função sistêmica da alimentação escolar da rede de ensino pública na segurança alimentar e nutricional da população, na garantia do direito humano à alimentação, e na resiliência do abastecimento alimentar. E, ainda, considerando os fortes impactos provocados pela suspensão das aulas decorrentes da pandemia de covid-19. A alimentação escolar no Brasil, pautada na universalidade e na gratuidade de seu fornecimento, é uma política construída para garantir tanto a segurança nutricional da população estudantil quanto a aquisição direta da produção alimentar (food procurement) da agricultura familiar e de comunidades tradicionais. As temáticas dos grupos envolveram, portanto, aspectos ou desafios da execução do programa de alimentação escolar brasileiro, considerando seus objetivos e os cenários (i) atual (durante pandemia e com suspensão de aulas), (ii) futuro (pós pandemia e retorno às aulas) e (iii) sua sustentabilidade de longo prazo como política nacional e como política municipal. O foco principal do Diálogo, portanto, estava relacionado à Action Track #2, subtema 2.1, proposta #12 - e isso foi identificado e exposto aos participantes previamente ao encontro.

ACTION TRACKS

<input type="checkbox"/>	Action Track 1: Ensure access to safe and nutritious food for all
<input checked="" type="checkbox"/>	Action Track 2: Shift to sustainable consumption patterns
<input type="checkbox"/>	Action Track 3: Boost nature-positive production
<input checked="" type="checkbox"/>	Action Track 4: Advance equitable livelihoods
<input type="checkbox"/>	Action Track 5: Build resilience to vulnerabilities, shocks and stress

KEYWORDS

<input checked="" type="checkbox"/>	Finance	<input checked="" type="checkbox"/>	Policy
<input checked="" type="checkbox"/>	Innovation	<input checked="" type="checkbox"/>	Data & Evidence
<input checked="" type="checkbox"/>	Human rights	<input checked="" type="checkbox"/>	Governance
<input type="checkbox"/>	Women & Youth Empowerment	<input type="checkbox"/>	Trade-offs
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Environment and Climate

MAIN FINDINGS

Praticamente todos os grupos destacaram a importância histórica do programa nacional brasileiro de alimentação escolar, e suas muitas possibilidades na execução municipal, considerando as variadas finalidades estratégicas do programa, como segurança alimentar, segurança nutricional, educação nutricional, fomento da agricultura familiar e produção alimentar de comunidades tradicionais, resiliência do abastecimento alimentar, dentre outras. A interrupção das aulas presenciais e a necessidade de adaptação local às novas formas de fornecimento de alimentação à população estudantil de ensino público brasileiro também foi um momento de ameaça à universalidade do programa e à política de quota mínima de compra direta da agricultura familiar/ povos tradicionais.

Os principais resultados no levantamento dos desafios e possibilidades da alimentação escolar foram:

* Reconhecimento de que a melhor alternativa à alimentação escolar presencial é a entrega de kits de alimentos a todas as famílias dos estudantes (garantindo assim o princípio da universalidade da alimentação escolar gratuita), que incluam também alimentos frescos /in natura e provenientes de compra direta da agricultura familiar ou das comunidades tradicionais, para valorização e garantia de continuidade da produção alimentar local.

* Necessidade de aumento do orçamento federal para o programa de alimentação escolar e do aumento do orçamento municipal (a chamada “contrapartida”) para fazer frente às adaptações da alimentação escolar no período de suspensão das aulas, ante o maior custo de entrega de kits de alimentos comparadamente ao custo de fornecimento da refeição na escola, quando em aulas presenciais.

* Necessidade de ampliação dos quadros dos profissionais dedicados ao programa, especialmente nutricionistas e responsáveis técnicos.

* Necessidade de ações conjuntas e coordenadas entre vários atores e autoridades que integram o ecossistema de execução do programa de alimentação escolar, como secretarias de governo, agências federais de regulação do política de alimentação escolar e de assistência técnica, academia e sociedade civil organizada, com o fim de viabilizar a continuidade da alimentação escolar nos moldes da política nacional que garante o reconhecimento de sua gratuidade, universalidade, qualidade nutricional, e fomento à produção local e familiar/tradicional.

* Investimento em equipamentos de infraestrutura locais para logística e distribuição, e contenção de perda e desperdícios de alimentos, de forma que o fornecimento da produção local mesmo durante a suspensão das aulas e entrega de kits de alimentos às famílias possa ser garantida.

* Ações de capacitação, formação e sensibilização dos diversos atores chave e profissionais que atuam na alimentação escolar, mas também junto à população em geral, em ações que apontem para entendimento integrado e holístico do programa de alimentação escolar.

* Ampliação e desenvolvimento de programas e projetos de educação alimentar com inserção das culturas alimentares indígenas e tradicionais e valorização de dietas diversificadas, que atentem para a sociobiodiversidade brasileira.

* Atenção e vigilância para controle e garantia da qualidade nutricional de kits de alimentos às famílias e/ou refeições servidas nas escolas.

* Vacinação contra a Covid-19 de toda a comunidade escolar.

ACTION TRACKS

	Action Track 1: Ensure access to safe and nutritious food for all
✓	Action Track 2: Shift to sustainable consumption patterns
	Action Track 3: Boost nature-positive production
✓	Action Track 4: Advance equitable livelihoods
	Action Track 5: Build resilience to vulnerabilities, shocks and stress

KEYWORDS

✓	Finance	✓	Policy
	Innovation	✓	Data & Evidence
✓	Human rights	✓	Governance
	Women & Youth Empowerment		Trade-offs
			Environment and Climate

OUTCOMES FOR EACH DISCUSSION TOPIC - 1/6

Entrega da alimentação escolar durante e pós-pandemia: Com as escolas fechadas impôs-se a necessidade de entrega de alimentos aos estudantes, ou alternativas encontradas pelos municípios. Quais os desafios e soluções que queremos destacar para garantir o direito humano à alimentação adequada?

Ações realizadas / experiências de sucesso:

Compromisso para que os alimentos chegassem com celeridade aos alunos e suas famílias principalmente com a entrega de kits de alimentos ("KITS") para alunos dos municípios, com atenção à identificação dos grupos mais vulneráveis para chegada rápida dos alimentos. As experiências foram muito semelhantes, independentemente da dimensão do município, porém, os grandes municípios apontaram maiores dificuldades em adquirir produtos in natura diretamente da agricultura familiar.

Alguns municípios maiores fizeram entrega de KITS SECOS (sem produtos verdes e naturais) e ainda existiu a solução do CARTÃO MERENDA, com valores entre R\$ 55 e R\$ 103 para que a compra dos produtos fosse realizada pelas próprias famílias - modelo interrompido por iniciativa do Ministério Público; ao passo que os municípios de pequeno porte mantiveram a aquisição dos produtos da agricultura familiar desde o início do processo, valorizando a produção local e a parceria com entidades governamentais de assistência técnica, para organização da produção e diversificação dos produtos fornecidos. Para assegurar a segurança sanitária e melhorar a logística, alguns municípios optaram por não fracionar os alimentos. Para facilitar a logística, os KITS eram retirados nas escolas e, posteriormente, atrelados à entrega do material pedagógico.

Quem implementa / responsáveis?

Foi identificada a necessidade de uma ação conjunta, em modelo de parcerias, entre secretarias dentro do mesmo município, mas também com outros atores chave. Secretarias de Educação, Secretarias de Transportes, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, Conselho de Alimentação Escolar -CAE, Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar -CECANE, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Cooperativas de Produtores Rurais foram mencionadas como responsáveis nessa implementação. As parcerias foram fundamentais principalmente pela necessidade de intermediação junto aos produtores para melhor organização da produção, logística e mapeamento das famílias que iriam receber os KITS.

Quais foram os resultados / como o progresso foi avaliado?

Foi percebida empiricamente uma satisfação dos alunos e familiares, considerado um bom indicador de resultado. É analisado o processo, são implementadas melhorias constantes- quantitativas e qualitativas - nomeadamente: (i) adequação da quantidade de KITS na relação com o número de familiares interessados; (ii) inclusão dos produtos da agricultura familiar nos municípios de grande porte (KITS VERDES) em 2021; (iii) inclusão de novos alimentos (frutas de época) e de biscoitos e iogurtes naturais da agricultura familiar nos KITS; e (iv) entrega conjunta dos KITS da Alimentação Escolar e dos Materiais Pedagógicos.

Desafios que foram/ são enfrentados

Alguns desafios foram mapeados e organizados em 5 temas principais:

** Incerteza de quantidades: O retorno às aulas no modelo híbrido (presencial/virtual) dificulta a estimativa de compra dos KITS em razão da flutuação do número de alunos presenciais;

** Impacto no orçamento: A compra não fracionada de KITS de alimentos por aluno tem influência direta no custo da alimentação escolar, afetando o orçamento municipal;

** Logística de abastecimento: Outro aspecto agravado pela pandemia é a aquisição de produtos da agricultura familiar nos municípios maiores. A logística e distância dos centros de distribuição/cooperativas dificultam os processos;

** Ausência de dados: A falta de cadastros atualizados das famílias dos alunos e produtores é um entrave;

** Variedade nutricional: Há necessidade da inclusão de mais itens in natura e menos processados na alimentação escolar.

ACTION TRACKS

	Action Track 1: Ensure access to safe and nutritious food for all
✓	Action Track 2: Shift to sustainable consumption patterns
	Action Track 3: Boost nature-positive production
✓	Action Track 4: Advance equitable livelihoods
	Action Track 5: Build resilience to vulnerabilities, shocks and stress

KEYWORDS

✓	Finance	✓	Policy
✓	Innovation	✓	Data & Evidence
✓	Human rights	✓	Governance
	Women & Youth Empowerment		Trade-offs
			Environment and Climate

OUTCOMES FOR EACH DISCUSSION TOPIC - 2/6

Entrega da alimentação escolar durante e pós-pandemia: Com as escolas fechadas impôs-se a necessidade de entrega de alimentos aos estudantes, ou alternativas encontradas pelos municípios. Quais os desafios e soluções que queremos destacar para garantir o direito humano à alimentação adequada?

Ações realizadas / experiências de sucesso

Nutricionistas criaram estratégias de elaboração e distribuição de kits de alimentos para escolas, mas enfrentaram dificuldades decorrentes de influências políticas;

Restaurantes entregaram sua estrutura para a distribuição das kits de alimentos;

Orientações para a utilização de refeitórios escolares para preparo de refeições (não executadas);

Estabelecimento de diálogos com supermercados na tentativa de sensibilizar sobre compra dos produtos da agricultura familiar (sem sucesso);

Parceria com legislativo: articulação entre Ministério Público e Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) municipal e estadual para entrega de KITS e resposta às dificuldades da entrega dos gêneros da agricultura familiar nas escolas;

Elaboração conjunta de uma proposta de kit equilibrado em quantidade e qualidade para as famílias (Nutricionistas, CONSEAs e Agricultores). Não implementada mas apresentou parcerias promissoras;

Uso de recursos municipais para entrega de cartão-merenda às famílias - solução rápida mas incompleta, retira a agricultura familiar do processo, impõe compra direta no varejo;

O Ministério da Agricultura apoiou a realização de reuniões com nutricionistas para a distribuição de kits da agricultura familiar.

Sugestões para o futuro:

- Criação de Centros de recebimento de gêneros da agricultura familiar, a fim de centralizar e melhorar a logística;
- Manutenção da entrega de KITS no modelo híbrido - pelas dificuldades de garantia da inocuidade da alimentação escolar nos equipamentos escolares;
- Mais nutricionistas e responsáveis técnicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Quem implementa?

Diversos responsáveis integrados: prefeituras, Secretarias de Agricultura e de Educação, unidades básicas (nutricionistas, assistentes sociais e responsáveis técnicos), agricultores familiares, coordenadores de centros de distribuição, coordenadorias de escolas, agentes atuantes nas escolas, Conselhos, Ministério Público, órgãos de Vigilância Sanitária e voluntários.

Resultados / como o progresso foi avaliado?

Aumento na quantidade de alimentos/semana, de 60kg em 3 escolas (cidade grande) no começo da pandemia para 2 toneladas atualmente;

A entrega de KITS é fundamental para conter a insegurança alimentar.

Desafios enfrentados

Inclusão dos gêneros da agricultura familiar nos kits da alimentação escolar para 2021 têm 2 dificuldades principais de cumprimento:

O cronograma nacional é desarticulado com os prazos estipulados pelos estados para a chamada pública [*nota: processo de compra direta da agricultura familiar é diferente de uma licitação comum], prejudicando a resposta da agricultura familiar; Agricultores solicitam que os produtos sejam entregues em centrais de abastecimento para facilitar e centralizar a logística; Não realização ou chamadas públicas interrompidas;

Complexidade da pauta / necessidade de integrar políticas complementares ao programa da alimentação escolar, principalmente estruturas de governança como o CONSEA ou o Programa de Aquisição de Alimentos;

Órgãos públicos gestores não compreendem a importância do Programa de Alimentação Escolar;

Regra que prioriza fornecedores locais sobre os demais para seleção do fornecimento ao programa prejudica produtores rurais nas escolas das capitais, onde têm menor representatividade;

A escolha de famílias vulneráveis em detrimento do total de alunos matriculados quebrou o princípio de acesso universal à alimentação escolar;

Dificuldade de garantir segurança sanitária na alimentação escolar nos equipamentos escolares (pouca ventilação e grande aglomeração) dificulta o retorno ao sistema presencial;

Concluindo, a logística de distribuição, manejo e cálculo de alimentos foram os principais desafios enfrentados.

ACTION TRACKS

	Action Track 1: Ensure access to safe and nutritious food for all
✓	Action Track 2: Shift to sustainable consumption patterns
	Action Track 3: Boost nature-positive production
✓	Action Track 4: Advance equitable livelihoods
	Action Track 5: Build resilience to vulnerabilities, shocks and stress

KEYWORDS

✓	Finance	✓	Policy
	Innovation	✓	Data & Evidence
✓	Human rights	✓	Governance
	Women & Youth Empowerment		Trade-offs
			Environment and Climate

OUTCOMES FOR EACH DISCUSSION TOPIC - 3/6

Desafios do regresso (modelo: híbrido, não presencial, presencial com alternância de dias, totalmente presencial e outros) - Com a reabertura das escolas se fazem necessários vários ajustes e iniciativas. Quais são eles e como garantir qualidade e eficiência ao programa?

Ações Urgentes

Nos desafios do regresso existem algumas ações que se apresentam como denominador comum, independentemente do modelo aplicado.

Criar mecanismos que possam garantir alimentos frescos e sazonais, principalmente provenientes de circuitos curtos que privilegiam produtos das comunidades tradicionais da região - como por exemplo, a experiência de uso da Farinha do Babaçu na alimentação escolar - permitindo que as comunidades permaneçam no território, gerando renda e garantindo a segurança alimentar.

Possibilidade de associar as cantinas comunitárias ao programa de alimentação escolar, inclusive como entrepostos de distribuição, facilitando a logística e retirando a necessidade do agricultor ter capital de giro na venda - as cantinas adquirem os produtos que são depois vendidos às escolas. Existem já experiências nesse sentido: uma rede de 27 cantinas operando, sendo 5 em terras indígenas e Unidades de Conservação no norte do país, executando esse suporte;

Necessidade de unir diferentes atores no sistema alimentar escolar, como merendeiras, nutricionistas, professores, pais, gestores, psicólogos, comunidade escolar e sociedade civil, para um trabalho conjunto de mobilização, para o planejamento do retorno às aulas - organizados em grupos de trabalho ou comitês que incluam a temática da alimentação escolar e segurança alimentar integrada a outros temas, sob a mensagem de que a segurança alimentar na escola é tão importante quanto o processo pedagógico;

Ações de educação com toda a comunidade sobre a importância dos alimentos locais, histórias e diversidade e treinamento com merendeiras, novas receitas, especialmente em função das novas diretrizes do Programa de Alimentação Escolar (Resolução 06 do FNDE);

Necessidade de melhorias na infraestrutura das cozinhas e equipamentos.

Avaliação do novo perfil nutricional dos alunos no pós-pandemia, levantado através de questionário;

Educação, sensibilização e fortalecimento da relação entre merendeiras e nutricionistas.

Quem deverá tomar estas ações?

a criação de comitês e grupos de trabalho para o retorno às aulas deverá ser coordenada pelas Secretarias de educação, que convidarão os diversos participantes;

é sempre importante contar com o envolvimento de diversos atores chave que podem intervir e/ou coordenar ações e iniciativas, nomeadamente agências de assistência técnica, em parceria com agricultor e gestores municipais, e ainda a coordenação de ações envolvendo gestores públicos, nutricionistas e merendeiras, junto com as comunidades e o terceiro setor.

De que formas o progresso pode ser avaliado?

O uso de questionários é uma ferramenta importante e versátil para o acompanhamento e monitoramento do progresso realizado, permitindo acompanhar o perfil nutricional dos alunos, ao mesmo tempo que pode auxiliar em processos de autoavaliação das ações por parte dos atores envolvidos.

Que desafios podem ser antecipados à medida que as ações são implementadas?

Ainda que a legislação da alimentação escolar venha melhorando com o tempo, alguns desafios são já previstos: envolver e engajar os atores da comunidade como um todo na construção de grupos de trabalho, comitês e conselhos interinstitucionais;

aumentar as equipes de nutricionistas nos órgãos e diretamente nas unidades escolares para que os profissionais possam se dedicar mais ao acompanhamento do programa;

Garantir o retorno de forma segura, considerando todos os desafios;

manter e ampliar as compras da agricultura familiar, para além do que foi assegurado com o Programa de Aquisição de Alimentos neste período;

muitas vezes existem divergências entre as indicações das nutricionistas para o cardápio e a visão das merendeiras sobre o que agrada os alunos e com os alimentos que elas estão acostumadas a trabalhar na cozinha;

Avaliar os impactos da pandemia no perfil nutricional dos alunos e na sua insegurança alimentar.

ACTION TRACKS

	Action Track 1: Ensure access to safe and nutritious food for all
✓	Action Track 2: Shift to sustainable consumption patterns
	Action Track 3: Boost nature-positive production
✓	Action Track 4: Advance equitable livelihoods
	Action Track 5: Build resilience to vulnerabilities, shocks and stress

KEYWORDS

✓	Finance	✓	Policy
✓	Innovation	✓	Data & Evidence
	Human rights	✓	Governance
	Women & Youth Empowerment		Trade-offs
			Environment and Climate

OUTCOMES FOR EACH DISCUSSION TOPIC - 4/6

Desafios do regresso (modelo: híbrido, não presencial, presencial com alternância de dias, totalmente presencial e outros) - Com a reabertura das escolas se fazem necessários vários ajustes e iniciativas. Quais são eles e como garantir qualidade e eficiência ao programa?

Ações Urgentes

Diretamente relacionadas a medidas de saúde pública e contenção da propagação do vírus, aplicadas continuamente: ampla e irrestrita vacinação contra a COVID-19 para equipes gestoras, professores, alunos e demais atuantes na comunidade escolar;

preparação eficaz no sentido de viabilizar o respeito aos protocolos de segurança sanitária, humana e alimentar, envolvendo o acesso aos equipamentos de proteção individual em larga escala.

É importante que os quadros técnicos de profissionais sejam incrementados, fortalecidos e capacitados para os trabalhos. E que uma nova organização dos aspectos educacionais alimentares e nutricionais – voltados para alunos e para profissionais - seja implementada de forma emergencial.

No médio prazo se entende como fundamental o fortalecimento das políticas públicas relativas à alimentação escolar por meio de estratégias-chave, tais como a imediata revisão dos valores per capita repassados pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e um maior estímulo das compras da agricultura familiar, beneficiando as comunidades e os hábitos alimentares locais.

Foi identificado o conjunto de impactos positivos de um fortalecimento da agricultura familiar no programa, como um caminho prático, saudável e benéfico de várias maneiras no que tange às ações relacionadas ao retorno de atividades letivas presenciais e de alimentação escolar, em particular:

na manutenção de fornecimento de kits verdes, como complementos de kits alimentares e como base dos cardápios para cocção e alimentação nas escolas.

Quem deverá tomar estas ações?

O Poder Público foi apontado como responsável pelas ações mais urgentes, especialmente no fortalecimento de políticas públicas tanto em saúde quanto na alimentação escolar: vacinação ampla e geral contra a COVID-19 e implementação do programa. Incremento dos quadros técnicos de nutricionistas e profissionais aptos a trabalhar com alimentação escolar, parte fundamental do programa e apoio a sua implementação;

Organismos como órgãos de classe, conselhos fiscalizatórios, grupos políticos apartidários, organizações não-governamentais e agentes sociais, ainda que com uma responsabilidade reduzida, são importantes como mantenedores das ações e práticas cotidianas para alcance de resultados.

Como avaliar o progresso?

O fortalecimento e continuidade da implementação das políticas públicas alimentares e da formação dos agentes públicos, nutricionistas, professores, etc. são indicadores de progresso.

Acompanhamento do uso dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE; o acompanhamento in loco das ações efetivamente executadas incluindo uma análise junto aos alunos - o público principal - em ambos os eixos do Programa, ou seja, o serviço de alimentação escolar e a Educação Alimentar Nutricional.

Quais desafios podem ser antecipados?

Primeiramente assegurar a vacinação geral e irrestrita de professores, equipes gestoras, alunos, auxiliares, merendeiras e demais atuantes na alimentação escolar, protegendo suas vidas, saúde e bem-estar, junto com o respeito aos protocolos de segurança, como base fundadora e que deve ser realizada em paralelo com o desenho e efetivação das estratégias e ações - só assim é possível o desenrolar de ações complementares de alimentação escolar.

O enfraquecimento de políticas públicas de Estado - e não apenas de governo - é um desafio que deve ser vencido para que seja possível a realização das ações cotidianas ao nível local com mais segurança e maior número de possibilidades. A revisão dos valores per capita repassados aos alunos por meio do Programa e o fortalecimento de quadros técnicos e de pessoal a executar as ações traçadas.

Processos contínuos de monitoramento dos orçamentos executados e das ações implementadas poderá apoiar na definição de métodos mais efetivos de avaliação das ações e dos progressos alcançados.

ACTION TRACKS

	Action Track 1: Ensure access to safe and nutritious food for all
✓	Action Track 2: Shift to sustainable consumption patterns
	Action Track 3: Boost nature-positive production
✓	Action Track 4: Advance equitable livelihoods
	Action Track 5: Build resilience to vulnerabilities, shocks and stress

KEYWORDS

✓	Finance	✓	Policy
	Innovation	✓	Data & Evidence
✓	Human rights	✓	Governance
	Women & Youth Empowerment		Trade-offs
			Environment and Climate

OUTCOMES FOR EACH DISCUSSION TOPIC - 5/6

Sustentabilidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (econômica, ambiental e político-social) Diante do cenário de aumento da pobreza, desigualdade e insegurança alimentar os programas de alimentação escolar se mostram absolutamente necessários e estratégicos para alcance dos ODS. Que ações devem ser tomadas para assegurar a sua eficiência e sustentabilidade como política NACIONAL?

Ações propostas

Aumento do valor per capita, considerado defasado por diversos atores vinculados ao Programa, mesmo com a complementaridade dos estados e municípios não atende às necessidades, principalmente para a montagem dos kits de alimentos durante a pandemia .

Fiscalização e atuação do governo federal efetivas para assegurar a complementaridade orçamentária pelos estados e municípios: tornar a contrapartida uma obrigação ou fazer um seguimento rígido dos municípios que não complementam, e identificar as razões.

Incentivo fiscal e redução de impostos ao fornecedor da alimentação escolar: como ocorre em outros setores.

Maior incentivo ao agricultor familiar que vende para o Programa: aumentar o valor limite por licença/ano.

Maior valorização para nutricionistas que trabalham no Programa, principalmente em municípios de médio e grande porte, para evitar que interesses políticos se sobreponham aos técnicos.

Maior flexibilidade na regulação do Programa; o valor per capita e as recomendações nutricionais, por exemplo, não atendem às várias realidades do país.

Maior fiscalização da sociedade civil: não somente os membros do Conselho de Alimentação Escolar , mas as famílias devem compreender a importância da alimentação escolar e contribuir para a sua fiscalização.

Aumentar a estrutura do próprio município para a execução do programa durante a pandemia, com equipamento, carros para distribuição e equipe.

Fortalecimento do papel dos Cecanes (Universidades) para fiscalização e monitoramento do programa: os quais contam com o apoio e o expertise dos programas de pesquisa e extensão das universidades

Maior disseminação de informações sobre alimentação escolar para a população: conscientizar os cidadãos de sua importância para que defendam o Programa de “ataques” e retrocessos, como os que vêm ocorrendo.

Melhor comunicação: principalmente agricultores familiares das zonas rurais, que não acessam o site da prefeitura.

Realizar alterações regulatórias de maneira paulatina. Mudanças repentinas de regulação geram dificuldades e desperdícios.

Quem deve tomar as ações

Governos federal, estaduais e municipais.

Cobrar contrapartidas dos gestores estaduais e municipais

Sociedade civil: maior envolvimento e fiscalização do programa

Como avaliar o progresso

Maior fiscalização pelo governo federal para identificar razões para a não realização da contrapartida dos estados e municípios e da não, ou insuficiente, realização das compras da agricultura familiar (incentivada pelo FNDE, mas não obrigatória durante a pandemia).

Monitoramento pelo FNDE, com apoio dos CECANES, para conhecer a realidade local dos estados e municípios, inclusive avaliando a distribuição de kits quanto à frequência e composição.

Desafios

Defasagem dos valores per capita e do limite da licença de venda/ano, frente aos aumentos do custo de vida.

Exclusão digital dificulta a disseminação de informações, o monitoramento a nível local, em alguns municípios, principalmente no período de pandemia, quando as visitas foram suspensas (e principalmente com relação aos agricultores familiares, nas zonas rurais)

Falta de planejamento e organização durante a pandemia, afetando a distribuição dos kits de alimentos: em alguns municípios, não foi possível distribuir mensalmente, por conta do valor do kit; no RJ, por exemplo, parte dos kits foram descartados porque pais não foram buscar por conta do preço da passagem de ônibus.

Insuficiente repasse federal: Municípios tiveram que contribuir muito para a distribuição dos kits

Falta de uma rubrica específica do repasse dos estados e municípios para a alimentação escolar: cada um complementa se deseja e com o valor que deseja.

Interesses políticos podem tirar verba do programa ou impedir mudanças necessárias no cardápio.

ACTION TRACKS

	Action Track 1: Ensure access to safe and nutritious food for all
✓	Action Track 2: Shift to sustainable consumption patterns
	Action Track 3: Boost nature-positive production
✓	Action Track 4: Advance equitable livelihoods
	Action Track 5: Build resilience to vulnerabilities, shocks and stress

KEYWORDS

✓	Finance	✓	Policy
	Innovation	✓	Data & Evidence
✓	Human rights	✓	Governance
	Women & Youth Empowerment		Trade-offs
			Environment and Climate

OUTCOMES FOR EACH DISCUSSION TOPIC - 6/6

Diante do cenário de aumento da pobreza, desigualdade e insegurança alimentar os programas de alimentação escolar se mostram absolutamente necessários e estratégicos para o alcance dos ODS. Que ações devem ser tomadas para assegurar a sua eficiência e sustentabilidade como política MUNICIPAL?

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma política transversal, uma eficaz e completa estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, bem instituída e institucionalizada, que há anos deixou de ser apenas uma entrega de alimentos para ser uma forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Mas é também um programa com um viés político, que se depara com diversos entraves em sua implementação.

Ações para obter maior impacto:

Orçamentária: aumento do valor per capita pelo governo federal: o valor de repasse é insuficiente. As esferas estaduais e municipais precisam assumir a necessidade de complementar os recursos para a alimentação escolar.

Formação:

Gestores Públicos – é urgente realizar a formação e sensibilização para execução do Programa, sua amplitude, intersectorialidade e diretrizes, para melhorar sua implementação. Muitos desconhecem a necessidade de complementação dos recursos federais e usam o repasse como a única fonte para a aquisição de alimentos.

Nutricionistas – cursos de nutrição nem sempre abordam o programa de alimentação escolar, e é necessária uma formação contínua sobre a execução, legislação, compra institucional, intersectorialidade, geração de resíduos, desperdício, etc.

Agricultores familiares – apoiar em diversas temáticas para facilitar o processo de venda para a alimentação escolar, como: acessar mercados, diversificar a produção e buscar apoio da assistência técnica.

Merendeiras – manipulação, aproveitamento integral e combate ao desperdício de alimentos.

Conselhos de Alimentação Escolar – Instrumentalização a partir do CECANES (Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar) como agente neutro na gestão, com a missão de controle social. Criar fóruns permanentes com compromisso dos gestores e participação dos pais.

Gestão do Programa – Há que se resolver os conflitos de interesse, saber até onde o Programa está na pauta de prioridade dos governos; abrir diálogo com a sociedade civil; mediar interesses entre a oferta de produtos in natura e industrializados; compreender a missão do Programa; buscar a transparência dos processos e construir ponte para o debate entre governo e a sociedade civil. Dar visibilidade às ações.

Compras da Agricultura Familiar – Abrir o debate sobre o risco de aprovação do Projeto de Lei que ameaça as comunidades tradicionais e quilombolas; avançar na meta para ampliar o percentual de compras diretas da agricultura familiar. Criar mecanismos para que os municípios que não atingirem a obrigatoriedade de 30% devolvam o recurso federal, e premiação aos que ampliarem a meta. Incorporar o tema nas formações dos gestores para que entendam que a compra direta da agricultura familiar alavanca a economia local e a sustentabilidade ambiental. Apoio das agências de assistência técnica e extensão rural para variar a carta de produtos oferecidos e otimizar a logística das entregas é fundamental para aquisição dos 30%.

Quem toma as ações

Governos federal, estadual e municipal.

Como avaliar o progresso?

Alinhamento do Programa com outras políticas públicas e ações governamentais,

Incluir o Programa na legislação municipal e estadual;

Estratégia de regresso dos estudantes para o pós pandemia;

Ampliação do quadro técnico de profissionais nos municípios.

Desafios

Avançar nas contrapartidas financeiras dos municípios.

Manter a prioridade de compra dos assentamentos, povos e comunidades tradicionais; aumentar a variedade de produtos; avançar na intersectorialidade do Programa e na compra institucional da agricultura familiar.

Orientar gestores, nutricionistas e manipuladores de alimentos sobre questões fundamentais da alimentação escolar.

Gerenciar recursos e diminuir o desperdício de alimentos, focado na educação alimentar.

Dar visibilidade e fortalecer os Conselhos.

Aumentar carga horária e quadro técnico do nutricionista responsável pela alimentação escolar.

ACTION TRACKS

	Action Track 1: Ensure access to safe and nutritious food for all
✓	Action Track 2: Shift to sustainable consumption patterns
	Action Track 3: Boost nature-positive production
✓	Action Track 4: Advance equitable livelihoods
	Action Track 5: Build resilience to vulnerabilities, shocks and stress

KEYWORDS

✓	Finance	✓	Policy
	Innovation	✓	Data & Evidence
✓	Human rights	✓	Governance
	Women & Youth Empowerment		Trade-offs
			Environment and Climate

AREAS OF DIVERGENCE

Não houve o apontamento de discordâncias e todos ficaram à vontade para colocar o seu ponto de vista. Embora os participantes pertencessem a diferentes realidades geográficas, havia uma ligação comum representada por suas participações na execução do programa de alimentação escolar na rede pública de ensino municipal. As opiniões foram colocadas de forma muitas vezes complementar, com posição independente e representação territorial de cada participante, o que trouxe uma visão diversificada sobre uma ação que tinha o mesmo objetivo. Embora tenha havido um acordo nos temas mais importantes, há que se destacar a diferença de ênfase colocada pelas pessoas de áreas de atuação diversa. Assim, por exemplo, nutricionistas falaram de ter mais liberdade de montagem dos cardápios, ao mesmo tempo em que representantes da sociedade civil falavam em orientar os cardápios à compra da agricultura familiar. Entretanto, tais aparentes divergências eram, em verdade, uma coincidência de finalidade, qual seja, a garantia da segurança nutricional dos estudantes. Alguns referiram a importância de aumentar a regulação, enquanto outros a necessidade de flexibilizar a regulação. Entretanto, aqui também, o que se estava divergindo era na forma como a regulação garante a abordagem territorial da execução da política pública e não uma demanda por menos regulação. O que permeou todos os debates foi o reconhecimento da importância e relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro como um importante mecanismo para assegurar o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional de milhões de estudantes, devendo assim receber um olhar cada vez mais atencioso, tanto da sociedade quanto de gestores e técnicos, para a boa execução do programa nos diferentes níveis de governo.

ACTION TRACKS

<input type="checkbox"/>	Action Track 1: Ensure access to safe and nutritious food for all
<input checked="" type="checkbox"/>	Action Track 2: Shift to sustainable consumption patterns
<input type="checkbox"/>	Action Track 3: Boost nature-positive production
<input checked="" type="checkbox"/>	Action Track 4: Advance equitable livelihoods
<input type="checkbox"/>	Action Track 5: Build resilience to vulnerabilities, shocks and stress

KEYWORDS

<input type="checkbox"/>	Finance	<input checked="" type="checkbox"/>	Policy
<input type="checkbox"/>	Innovation	<input type="checkbox"/>	Data & Evidence
<input checked="" type="checkbox"/>	Human rights	<input checked="" type="checkbox"/>	Governance
<input type="checkbox"/>	Women & Youth Empowerment	<input type="checkbox"/>	Trade-offs
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Environment and Climate